

**AS LUTAS PELA TERRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO CAMPO:
PRODUÇÕES E DISPUTAS POR UM PROJETO EDUCATIVO DO CAMPESINATO**

**LAS LUCAS POR LA TIERRA Y LOS MOVIMIENTOS SOCIALES POPULARES DEL
CAMPO: PRODUCCIONES Y DISPUTAS POR UN PROYECTO EDUCATIVO DEL
CAMPESINATO**

**THE STRUGGLES FOR THE EARTH AND THE POPULAR SOCIAL MOVEMENTS OF
THE FIELD: PRODUCTIONS AND DISPUTES FOR A CAMPESINATE EDUCATIONAL
PROJECT**

Franciele Soares dos Santos¹

Cecília Maria Ghedini²

Resumo: Este artigo reflete acerca das relações entre a luta pela terra engendrada pelos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC) e as produções de um projeto educativo que tem como síntese a educação do campo. Demonstra como as referências históricas produzidas no âmbito dos MSPdoC sustentam o projeto contra hegemônico da educação do campo, ao mesmo tempo em que subvertem o projeto de educação rural. Para tanto, destaca-se a conexão entre a questão agrária, os MSPdoC e a luta por terra e trabalho no Brasil e analisa-se o percurso da educação do campo e seu enraizamento no projeto histórico-político do campesinato e sua institucionalização que, mesmo de forma contraditória, constitui-se como ancoradouro na materialidade das lutas pela educação dos povos do campo.

Palavras-chave: Luta pela terra. Movimentos Sociais Populares do Campo. Educação do Campo.

Abstract: This article reflects on the relations between the struggle for land engendered by Popular Social Movement (MSPdoC) and the production of an educational project whose synthesis countryside education. It demonstrates how the historical references produced under the MSPdoC supports the project against the hegemonic countryside education, at the same time subvert the rural education project. Therefore, there is a connection between the agrarian question, the MSPdoC and the struggle for land and labor in Brazil and analyzes the f Countryside Education course and its roots the historical - political project of the peasantry and its institutionalization that even so contradictory, is constituted as anchorage in the materiality of the struggles for the education of people in the field.

Key words: Struggle for land. Popular Social Movements. Countryside Education.

Resumen: Este trabajo reflete a cerca de las relaciones entre la lucha por la tierra engendrada por los Movimientos Sociales Populares del Campo (MSPdoC) y las producciones de un proyecto educativo que tiene como síntesis la educación del campo. Demuestra como las referencias históricas producidas en el ámbito de los MSPdoC producen apoyos al proyecto contra hegemónico de la educación del campo, al mismo tiempo en que subvierten el proyecto contra hegemónico de la educación del campo, al mismo tiempo que subvierten el proyecto de educación rural dominante. Para eso, se destaca la conexión entre la cuestión agraria, los MSPdoC y la lucha por tierra y trabajo en el Brasil, se analiza también el camino de la educación del campo y su enraizamiento en el proyecto histórico-político del campesinado y su institucionalización que mismo de manera contradictoria, se constituye como ancladero en la materialidad de las luchas por la educación de los pueblos del campo.

Palabras llave: Lucha por la tierra. Movimientos Sociales Populares del Campo. Educación del Campo.

Primeiras palavras...

Este trabalho parte do pressuposto de que não há como analisar a problemática da questão agrária brasileira sem considerar que ela se relaciona diretamente com a história econômica, política e social da gênese, desenvolvimento e expansão do capitalismo no campo brasileiro. Considera-se que a questão agrária está historicamente pautada nos processos de *expropriação* e *exploração* (MARTINS, 1991), sendo que a *expropriação* é um elemento fundamental para crescimento, *expansão* e reprodução do capital; isto ocorre quando o capital passa a subjugar o trabalho a si, separando o trabalhador dos instrumentos de produção – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias primas – a este só resta a venda de sua força de trabalho ao capitalista. Logo, a *expropriação* “cria as condições sociais para que esse mesmo capital passe ao segundo turno, à outra face do seu processo de reprodução capitalista, que é a *exploração* do mesmo trabalhador que já foi expropriado”. (MARTINS, 1991, p.50).

No entanto, é importante ressaltar que, ao mesmo tempo em que ocorre a ampliação, expansão e consolidação das relações capitalistas no campo brasileiro há também “a reprodução ampliada das contradições sociais, a tendência será que as vítimas procurem uma solução” (MARTINS, 1991, p. 53). Assim, a intensidade com o que o capitalismo avança sobre o campo faz com que surjam movimentos sociais de luta pela terra que caminham na contramão desse processo, isso porque “as lutas populares no campo são prenes de sentido histórico” (MARTINS, 1993, p.111). De fato, os Movimentos Sociais Populares - MSP em suas lutas históricas tentam subverter a lógica perversa do capital no campo desafiando-a por meio de suas bandeiras de luta, sendo uma delas a educação do campo.

Com intuito de compreender os nexos presentes na relação luta pela terra engendrada pelos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC) e as produções de um projeto educativo que tem como síntese a educação do campo, abordamos primeiramente de forma sucinta a história da luta pela terra no Brasil. Posteriormente, analisamos o percurso da educação do campo e seu enraizamento no projeto histórico-político contra hegemônico do campesinato até sua institucionalização. Nas considerações finais afirmamos nosso entendimento de que a Educação do Campo enquanto política pública é ancoradouro ao projeto educativo dos MSPdoC.

Da luta pela terra à educação do campo

Ao se considerar a história das lutas no contexto do campesinato, Vendramini (1992) destaca que os movimentos messiânicos marcaram o início da história da luta pela terra no Brasil no final do século XIX, mais tarde, as Ligas Camponesas no Nordeste e, em 1968, a criação da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), movimentos estes articulados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e à Igreja.

Mesmo com as contradições que cindiam o país nascente, as subversões e acomodações que se expressam nestas diversas formas de rebeldia contra uma sociedade escravocrata e senhorial, essas lutas fomentaram a consciência de ser um povo e, com ela, desde cedo, evidenciam-se interesses diferenciados assim como a latência de projetos que disputam os sentidos do futuro. Na exigência por terra e trabalho forjam-se trabalhadores do campo, produz-se o grupo social dos camponeses em relações que, apesar de

oscilarem entre um cativo imposto e um cativo consentido, envolvem disputas por direito e justiça com lógicas de classe, geram experiência e consciência e produzem o campesinato como sujeito coletivo forte e detentor de um projeto histórico-político com base na organização que desponta no país.

Contudo, o processo histórico, desde essa constituição, passa pelas agruras do Golpe Militar a partir do qual, o sistema hegemônico, por meio da classe dominante com o aval do Estado, impõe uma ordem violenta. No campo, implanta-se um projeto capitaneado pela modernização conservadora da agricultura, instituído por políticas que vão da modernização à expropriação, em nada alterando os pilares da lógica de desenvolvimento do país, enraizados numa política agrária que leva ao crescimento do latifúndio. Esta estratégia “moderniza-se”, mais adiante através do agronegócio, referendando projetos em permanente disputa com bases já delineadas na história do país.

Com a ditadura civil militar a partir de 1964, as Ligas Camponesas e as organizações sindicais e estudantis foram combativas, contudo, duramente reprimidas. Os militares perseguiram e, até mesmo, mataram lideranças dos Movimentos Sociais Populares (MSP). Ao mesmo tempo, procuravam “[...] retirar a bandeira da Reforma Agrária das Ligas, da esquerda e da oposição geral do país” (OLIVEIRA, 1994, p. 83), principalmente por meio da sanção do Estatuto da Terra no governo de Castelo Branco, em 1964. Somente a partir do final dos anos de 1970 há uma reorganização e rearticulação dos MSP, fomentada também pela criação da Comissão Pastoral da Terra-CPT. E ainda, com o período de abertura democrática pós-ditadura civil militar, principalmente a partir da década de 1980, as formas de resistência no campo multiplicam-se quando o Brasil aumentando significativamente a pressão exercida pelos MSPdoC por direito a terra. É nesse contexto de luta que nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos principais movimentos sociais do campo do Brasil constituído historicamente pelos trabalhadores do campo.

A partir deste evento o campesinato recoloca-se na cena social como sujeito histórico-político-coletivo, constituído nos embates de classe, a propor um projeto para o país. Com o protagonismo do MST formalizam-se diversos MSPdoC e, mais recentemente, são canalizados pela Via Campesina³. Têm como horizonte um projeto de classe que pode ser compreendido, a partir desse período, como um projeto histórico-político dos MSPdoC, caracterizando-se uma nova correlação de forças que tem como base a luta pela terra e a reforma agrária. Na contraposição, cresce ainda mais a violência dos latifundiários através das entidades patronais, representadas nesse novo momento pela União Democrática Ruralista (UDR) e suas correlatas, praticada também como recurso extremo para reter a propriedade capitalista da terra.

Já o início da década de 1990, com o governo Fernando Collor de Melo, ocorrem as primeiras iniciativas para as reformas de transição do modelo desenvolvimentista para um modelo centrado no mercado com enfoque na administração pública gerencial. Momentaneamente interrompido com o impeachment do presidente Collor, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1994, ocorre a ampliação e efetivação do projeto neoliberal, por meio do aperfeiçoamento e ajuste das políticas econômicas e sociais, por meio da aplicação da *reforma agrária de mercado* sob orientação do Banco Mundial, bem como a partir da construção da ideia de um *novo mundo rural*, com a adoção de novos programas

agrários, ou seja, pacotes financiados pelo Banco Mundial, que tiveram vigência principalmente no governo de FHC, com a intenção final de formular uma estratégia para transferir a questão agrária para o território do mercado do capital, por meio, por exemplo, da criação em 1993 da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), com objetivo de representar e fortalecer os interesses do agronegócio na política agrícola do país. Juntamente com a desnacionalização consentida do campo brasileiro (CARVALHO, 2013), relacionada diretamente ao fenômeno de “*estrangeirização da terra*”, um processo que, segundo Fernandes (2013) deve ser compreendido como um projeto do capital internacional para garantia de produção e comercialização de *commodities*⁴.

Frente a todas essas questões, os MSPdoC pela Via Campesina, em suas lutas tentam subverter a lógica perversa do agronegócio no campo, mantendo bandeiras de luta e, ao mesmo tempo, denunciando e enfrentando o culto apologético do agronegócio, a hegemonia do capital financeiro e transnacionalizado no campo (PINASSI, 2013). Esse enfrentamento impõe um grande desafio: aglutinar forças na luta pela reforma agrária, o que a nosso ver implica um processo de conscientização de homens e mulheres de que esta luta é uma luta de classes, uma luta dos trabalhadores do campo e da cidade.

Há que se considerar também, que neste processo, diversas políticas públicas e parcerias visaram dar conta da formação-educação dos povos do campo na perspectiva hegemônica, dentre estas iniciativas, a mais marcante na história da educação brasileira é a Educação Rural. Contou-se, contudo, com enfrentamentos para propor outras lógicas a este processo. Na atualidade, assim como há investimentos na manutenção de uma proposta de educação que busque manter os camponeses submissos à lógica do capital, também se desenvolvem possibilidades de uma proposta contra hegemônica na qual os MSP disputam as lógicas de formação-educação dos trabalhadores do campo, tratada como Educação do Campo.

Percursos históricos da Educação do Campo no Brasil: a construção de um projeto educativo do campesinato

Como vimos, a luta pela terra foi protagonizada por diversos coletivos a partir de 1975 com a criação da CPT, no entanto, mesmo antes da criação do MST enquanto sigla e unidade de luta iniciam-se movimentações por uma educação específica aos camponeses que se colocavam nos processo de conquista da terra. Num curto período de tempo – entre 1979 a 1989 – produz uma referência com Escolas Públicas de Assentamentos e Acampamentos, sustentada em coletivos de educadores, famílias dos educandos e lideranças dos MSP, de onde, satura-se de conteúdo, a necessidade de se ter uma formação-educação contra hegemônica aos trabalhadores do campo. Diante dessa urgência, em 1989, cria-se uma Escola dos Movimentos Sociais Populares⁵, enraizada no projeto histórico-político do campesinato, abrangendo a formação-educação dos trabalhadores do campo nesta perspectiva. A Escola dos Movimentos Sociais Populares articulava-se às Escolas Públicas dos Acampamentos e Assentamentos, pelo trabalho destas escolas e a formação de professores no Curso de Magistério onde associava-se formação e educação. Essa forma de articular o estudo, a realidade e a prática das escolas públicas sistematizando-as

coletivamente, potencia o diferencial destas escolas e, ao mesmo tempo, produz um método e um instrumental metodológico próprio.

A intensidade destas movimentações compunham, em grande parte, os elementos de erosão da concepção de Educação Rural, evidenciando um movimento maior do que apenas uma proposta de educação, o que apontava possibilidades de expandir-se para outros espaços dos MSP e suas organizações. Isso vai expressar-se no I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (I Enerà) realizado em 1997, quando os participantes são desafiados a estender o processo aos povos do campo brasileiro.

A conquista da Escola Pública nos Acampamentos e Assentamentos e a definição de criar uma Escola dos Movimentos Sociais Populares para a formação de quadros coloca-se num “movimento” e intencionalidade com ações próprias que subvertem o projeto da Educação Rural compreendida, durante longo período da história, como “uma dádiva do fazendeiro ou do novo prefeito” (ARROYO, 2006, p. 10). Mas não mais nesse momento, pois a experiência das famílias Sem Terra, juntamente com as lideranças e os intelectuais dão conta de uma nova formulação: era preciso ocupar não só a terra, mas também a escola (MARTINS, 2011).

Assim, a experiência de subversão em relação ao que havia como educação dos camponeses torna-se princípio de ação, maneira de lidar com a realidade, experiência incorporada e evidencia a Educação do Campo “se fazendo” nessa subversão. As produções desse percurso materializam elementos que se evidenciam como novos, quando relacionados com o que estava posto na educação e escola rural. Esse confronto dos trabalhadores do campo e seus sujeitos coletivos, com a institucionalidade da escola (e todo o aparato que dela faz parte), marcam um processo histórico definidor de um projeto educativo enraizado nas lutas que constituem o campesinato como segmento social no país que se formaliza a partir da I Conferência Nacional de Educação do Campo (I CNEC) realizada em 1998, articulada em todos os estados brasileiros e reunindo segmentos como Sem Terra, agricultores familiares, indígenas, povos da floresta, ribeirinhos, quilombolas e suas organizações.

Até esse momento o termo “rural” era comum a todas as iniciativas de educação formal que envolvessem o campo e, mesmo nas referências dos MSP não havia reflexão formulada nesse sentido, por isso expressões como “Educação Popular para o Meio Rural”, “Desenvolvimento Rural” e “Educação Rural” eram comuns. Esse momento inaugura uma mudança nos termos “rural” e “campo”, com ênfase na tensão formada pela contraposição entre eles, considerando-se as preposições que ligavam o sentido geral educação, ao sentido específico: rural ou campo (“para”, “no” e “do” campo). O fato de se ter elaborado esta expressão como “do campo” e de tê-la compreendido como uma síntese do plano educativo no projeto político de um grupo social expressando uma especificidade é fundamental (KOLLING, NERY e MOLINA, 1999). Essa expressão alcançava a maior parte dos povos do campo do país, mas havia também a preocupação com os grupos que compunham a diversidade não alcançada. Nesse bojo cria-se também o Programa Nacional da Reforma Agrária (PRONERA) e curso superior de Pedagogia da Terra.

Este é o primeiro momento em que, publicamente e de forma ampla para todo o país, se apresenta a legitimidade do projeto educativo dos MSP pautando-o como parte de uma luta pela

possibilidade de efetivar-se nas Escolas Públicas Convencionais do Campo. Isso significou produzir políticas públicas específicas que assumissem em seu conteúdo e forma, o projeto educativo enraizado na experiência histórica do campesinato, reafirmando essas referências política e culturalmente. Significou mais um “degrau” no processo histórico do campesinato, momento em que, pública e coletivamente, se apresenta uma proposta já experimentada nas referências concretas por quase duas décadas, para negociar com o Estado.

Depois deste passo, a primeira iniciativa foi a criação da Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, momento em que se inicia a luta por políticas públicas que, segundo Molina (2012), se trata de uma luta por algo que se constitui como direito, algo já desfrutado por uns, porém negado a outros. Em seguida vêm os dispositivos legais, primeiro as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo pela Resolução CNE/CEB nº 1/2002), seguidas de outros dois pareceres: em 2006, o Parecer nº1/2006, que reconhece os dias letivos da alternância como parte do processo de formação, baseando-se principalmente no artigo 28 da LDB. Em 2008, o Parecer nº1/2006 vai tratar da nucleação e do transporte escolar, fortalecendo a ideia de um transporte escolar intracampo e não apenas da área rural para escolas situadas na área urbana, como normalmente se organiza.

Destaca-se em 2004 a II CNEC que ratifica a relação da Educação do Campo com o Estado, cria-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) no MEC, a qual, entre outras atividades, trata também da Educação do Campo. No ano seguinte, a partir do curso superior de Pedagogia da Terra, constrói-se a proposta dos cursos de licenciatura com diferentes habilitações financiados pelo Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo).

No ano de 2010 a Educação do Campo torna-se modalidade através da Resolução MEC/CNE/CEB 04/2010, uma definição contraditória pois, assim como por meio dela pode-se alcançar uma qualidade superior ao que se tem, também pode-se “perder” as referências históricas. Neste ano também se promulga o Decreto nº 7.352/2010, que dispõe e reconhece a Educação do Campo e o Pronera como política de Estado e não mais ação ou programa de governo. Este decreto assume as dimensões produzidas nos processos históricos, bem como os dispositivos legais que o antecedem. Retoma-se a Articulação Nacional, criando-se o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), composto por entidades desde MSPdoC e suas organizações, ONGs, universidades e órgãos governamentais.

Contudo, essas conquistas vêm eivadas de desafios postos pelas contradições da materialidade onde se concretiza a Educação do Campo: um projeto de desenvolvimento prenhe de disputas. Assim, embora o Decreto nº 7352/2010 condense as conquistas de mais de uma década, sua operacionalização será descompassada. O primeiro percalço deu-se em 2012, quando se evidenciou a necessidade de sua operacionalização, feita pelo Pronacampo um programa de apoio técnico e financeiro aos estados, municípios e Distrito Federal para a implementação da política de Educação do Campo. Contudo, a tônica do Programa, mesmo incorporando a operacionalização das reivindicações da Educação do Campo dá uma guinada, ficando mais próximo das forças hegemônicas do campo, que de certa forma “tomam” para

si a política de Educação do Campo, e “invadem” o conceito, uma tendência que a aproxima da Educação Rural. Este desfecho na relação entre o Decreto nº 7.352/2010 e o Pronacampo, de algum modo, não era esperado; a lógica hegemônica da classe a quem se opunha a Educação do Campo teve maior peso.

É importante considerar que, a Educação do Campo, quando foi proposta, afirmava o caráter e escopo político concreto do projeto educativo constituído pelos MSPdoC, num momento em que a conjuntura lhe era favorável. Havia densidade política na base e nos projetos em curso no campo, compondo, por conta dos enraizamentos de que é portadora, possibilidades de avançar em diversos espaços, instituições e processos. Percebia-se a possibilidade de um projeto de educação e de escola, saturado pela densidade da luta histórica dos trabalhadores do campo que os constitui como sujeitos de direito. Estas condições conjunturais não estão postas na realidade depois de mais de uma década, fato este comprovado pela guinada trazida na operacionalização de um Decreto que condensa todo o processo das referências históricas, do “fazer-se” da Educação do Campo.

Em 2014, tem-se mais uma conquista com a Lei No. 9.394/96, que altera o artigo 28 da LDB, exigindo que o de fechamento de escolas do campo seja “precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino (BRASIL, 2014, p. 1). Mantém-se a certeza, contudo, de que a prática de fechamento de escolas será mantida no plano geral e terá embates.

Desde a I CNEC até o Decreto nº 7.352/2010 reconhecem-se as produções das referências históricas do campesinato nas disputas de projetos de desenvolvimento. Entretanto, mesmo contraditoriamente, estas movimentações regulares vão assegurar a especificidade da Educação do Campo, em três eixos: a) o projeto histórico-político dos camponeses, que sustenta o projeto político-social de desenvolvimento do campo, no qual a luta pela terra é central, assim como a especificidade do lugar e de seus sujeitos; b) as condições para produzir e reproduzir-se na terra que “se fazem” numa mediação entre coletivos dos MSPdoC e suas organizações e as políticas públicas em diferentes esferas; c) o projeto educativo que se concretiza em projetos de educação e escola no âmbito específico dos MSPdoC e nas escolas públicas, universidades e outras instituições. Ao se considerar a Educação do Campo como “uma prática social que não se define por si mesma e nem apenas a partir das questões da educação, expondo e confrontando as contradições sociais que a produzem” (CALDART, 2012, p. 263), estas produções serviram como ancoradouro ao “fazer-se” do projeto educativo dos MSP assumido pela Educação do Campo como política pública.

Considerações finais

A lógica de ocupação do país constitui o campesinato como um sujeito coletivo forte e detentor de um projeto histórico-político forjado na luta social que, mesmo entre subversões e acomodações de projetos diferenciados, produz referências que disputam projetos de futuro e perpassam lutas como pela terra e pela educação. Estas produções, ao buscar efetivar-se num país de imensas desigualdades sócio-econômico-culturais, considerando-se também que, poucos espaços em sua realidade estão saturados da historicidade necessária para sua sustentação, necessitam de ancoradouros. Desse modo, compreende-se

que a Educação do Campo enquanto política pública é ancoradouro ao projeto educativo dos MSP. No caso de sua operacionalização nas Escolas Públicas do Campo, a materialidade dos projetos de desenvolvimento permite que, ancorada à realidade e ao lugar de onde se produz a resistência, potencie-se para inserir-se sempre de novo no “movimento” da luta social que é permanente.

Referências

- ARROYO, Miguel G. Apresentação. In: SOUZA, M. A. de. *Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.p. 9-14.
- BRASIL. *Lei nº 12.960, de 27 março de 2014*. Altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legisla/cao/114664351/lei-12960-14>>. Acesso em: 11 abril de 2014.
- CALDART, Roseli Salette. Educação do campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CARVALHO, Horácio Martins. *A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil*. Disponível em <http://racismoambiental.net.br/?p=106154>. Acesso em 15 de abril de 2016.
- DELGADO, Guilherme. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In. CARTER, Miguel (org.) *Combatendo a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- DOMINGUES NETO, Manuel. O “Novo Mundo Rural”.In: MARTINS, Mônica D. (org.). *O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viamundo, 2004.
- FERNANDES, Bernardo Maçado. *Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiária*. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.
- FERNANDES, Bernardo Maçado. *Agronegócio e Reforma Agrária*. http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf. Acesso em 15 de abril de 2016.
- FERNANDES, Bernardo Maçado. Via Campesina. In. *Dicionário de Educação do campo*. Rio de Janeiro. São Paulo: EPSJV. Expressão Popular, 2012.
- FUNDEP - FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E PESQUISA. *Coragem de educar: uma proposta de educação popular para o meio rural*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- KOLLING, Edgar. J.; NÉRY, I. J.; MOLINA, Mônica. C. (Org.). *Por uma educação básica do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 1).
- MARTINS, Fernando José. *Ocupação da escola: uma categoria em construção*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1991.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo, HUCITEC, 1993.
- MOLINA, Mônica Castagna. Políticas públicas. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012b.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografia das lutas do campo*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PINASSI, Maria Orlandi. *Balanço dos 30 anos do MST*. Disponível em http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9378. Acesso em 15 de abril 2016.

VENDRAMINI, Célia Regina. *“Ocupar, resistir e produzir”*: Um estudo da proposta pedagógica do Movimento dos Sem Terra. Dissertação (Mestrado em Educação). São Carlos, UFSCAR, 1992.

Notas:

- ¹ Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Pelotas-UFPel. Professora do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste. Email: sfrancielesoares@gmail.com
- ² Doutora pelo Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora adjunta do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste, campus de Francisco Beltrão/PR. Email: cemaghe@gmail.com
- ³ “A Via Campesina é uma organização mundial que articula movimentos camponeses em defesa da agricultura em pequena escala e agroecológica para garantir a produção de alimentos saudáveis. Entre seus objetivos, constam a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente, com proteção da biodiversidade”. (FERNANDES, 2012, p. 765).
- ⁴ “O termo *commodity*, que em português significa mercadoria, tem longa tradição no uso tanto da economia política quanto em sua crítica. Diz-se que um recurso, um bem ou um serviço torna-se mercadoria quando é comprado e/ou vendido no mercado adquirindo, portanto, um preço”. (DELGADO, 2012, p.133).
- ⁵ É importante perceber que a possibilidade de uma escola dos MSP surge pela formulação, na materialidade do momento, de um novo projeto de desenvolvimento do campo: “Nosso propósito é ajudar na concepção e na implementação prática, imediata do novo projeto de desenvolvimento rural, que vem sendo construído nas lutas populares pela Reforma Agrária” (FUNDEP, 1994, p. 23).

Recebido em: 30/06/2016

Publicado em: 30/04/2017